



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PIRATARIA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0795/04	DATA: 9/6/2004
INÍCIO: 10h59min	TÉRMINO: 11h55min	DURAÇÃO: 55min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 56min	PÁGINAS: 18	QUARTOS: 12

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação do relatório final.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há intervenções inaudíveis.
Há expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Sras. e Srs. Deputados, havendo número regimental, declaro reaberta a sessão da CPI da Pirataria e Sonegação Fiscal. Tendo sido distribuídas cópias da ata da 45ª reunião a todos os Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, não houve encerramento da sessão, portanto não pode haver ata. A ata tem de ser votada após a votação do Relator. Vota-se a ata inclusive com a aprovação do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Olha, o entendimento da Assessoria é de que é outra sessão. Porém, vamos cumprir o que foi determinado ontem. Nós fizemos a discussão, faltando a Deputada Laura Carneiro, única para falar, e, em seguida, vamos passar aos comentários do Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, V.Exa. me permita. Regimentalmente tem que encerrar. Se V.Exa. for abrir uma nova sessão, tem que encerrar a de ontem e reabrir uma nova sessão. Ou V.Exa. simplesmente reabre a de ontem, que não há também nenhum tipo de impedimento regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Vou recomeçar tudo de novo. A sessão de ontem está encerrada. Dou por encerrada. Reabro uma nova sessão da CPI da Pirataria e da Sonegação. Há número regimental. Tendo sido distribuída cópia da ata da...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - As atas podem ser votadas conjuntamente no final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Então, eu passo a palavra para a Deputada Laura Carneiro, que era a última inscrita. Depois falarei eu e, depois, o Relator, está bom? Depois nós vamos para a votação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, nobre Relator, Deputado Josias Quintal, primeiro, queria explicar que ontem efetivamente pedi um tempo para ler e não imaginava que vocês fossem terminar quase todos os inscritos, senão teria, enfim, talvez não tivesse lido o que pude ler nem analisado o que pude. Mas, talvez, nós tivéssemos acabado ontem mesmo. Primeiro, quero me desculpar, não consegui chegar até o final dos trabalhos. Então, não pude ler nem o capítulo de *software* e li muito rapidamente o capítulo da questão dos olhos, da ótica, enfim, e



talvez só traga as sugestões a partir da página 185 e até a página 135. Primeiro, queria parabenizar toda a equipe que construiu esse Relatório, especialmente o Deputado Josias, porque sempre é muito difícil, Relatório não é uma coisa simples, principalmente quando se fala de vários temas ao mesmo tempo. E essa é uma característica de quem trabalha com pirataria, então, de vários produtos. Mas queria fazer, assim, alguns adendos ou sugestões que eu acho que são importantes constar do Relatório, porque foram trabalhos desenvolvidos por esta Comissão e que não consegui encontrar, eventualmente estão nessas páginas que eu não li, mas de qualquer jeito eu vou fazer referência e o Deputado Josias depois pode dizer se existem ou não. Primeiro, aquela grande exposição que o Deputado Júlio Lopes promoveu aqui com todos os Srs. Deputados que tratava de mostrar à sociedade brasileira a questão da pirataria, que foi nosso grande começo nesta questão, que mostrou para os nossos pares e que, sem isso, não teríamos possibilitado a efetiva consciência da Casa da questão da pirataria. Segundo, algumas ações da cidade do Rio de Janeiro que eu não vi expostas. A gente fez algumas *Blitze* que foram absolutamente legais. Então, de alguma maneira, tem que constar daquela relaçãozinha — relaçãozinha não, relaçãozona —, que termina na página 19. Lembro-me de que — o Deputado Josias até compareceu — estivemos juntos no Shopping da Informática e naquela dos óculos. No Shopping da Informática, por exemplo, eu não achei. Depois, senti falta, talvez porque eu sou carioca, de uma referência do Deputado Picciani, que, por motivos absolutamente particulares, teve que parar no meio, mas que de alguma maneira caminhou conosco e nos coordenou até determinado momento do trabalho. Senti ainda a necessidade de agradecermos o trabalho, por exemplo, da Delegacia do Rio de Janeiro, que trata especificamente da questão de pirataria. Enfim, os agradecimentos globais e gerais que em algum momento têm que ser feitos aos funcionários da Casa, por escrito, nominalmente, porque é assim que eu entendo que deva acontecer. Bom, especificamente no texto, não dá para falar tudo o que eu li — eu tenho preocupação com o tempo —, mas no capítulo de bebidas há sugestão de um projeto de lei que fala da medição de vazão. Eu não entendo do ramo, do assunto, mas tentei ler o projeto de lei e só me preocupou duas coisas: no 5.2.2 não existe essa... Está aqui: indicação ao Poder Executivo sugerindo alteração de pauta de alíquotas específicas, incidentes sobre



bebidas. Eu não sei qual é, porque ela não existe no meu relatório. Pelo menos, qual é...

(Não identificado) - Deve ser aquela pauta da...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Trinta e nove.

(Não identificado) - Faz indicação da mudança.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Faz indicação da mudança. De alíquotas, eu não sei quais são as alíquotas.

(Não identificado) - Trinta e nove.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, era mais ou menos saber que alíquotas são essas.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - No projeto de lei, eu só fiquei com uma dúvida. Esse sistema de medição de vazão deve ser um aparelho. Quer dizer, é bom que a gente... Eu tenho muito medo disso. Quando eu era Vereadora, a gente se preocupava, e eu continuo a me preocupar até hoje. Porque a gente apresentou um projeto de lixo hospitalar. Aí, as pessoas foram dizer para mim assim: "*Deputada, só tem 1 ou 2 empresas que fazem esse aparelho*". Então, eu tenho medo desse aparelho de vazão ter 1 ou 2 empresas. Para depois não surgir qualquer dúvida na cabeça das pessoas. Então, saber se eventualmente... De onde saiu esse projeto, porque eu realmente não entendo nada de medidor de vazão, enfim. Bom. Na área de cigarros, achei que foi talvez um dos relatórios mais completos. Mas encontrei, por exemplo, a Petroforte — que é aquela empresa da Aparecida e do Ari Natalino, que talvez seja o grande homem nesta história —, ela não aparece lá atrás. Então, a Petroforte, a Cotra, a Pacaembu, a Pande, a THK, a Distrivale, enfim, várias empresas que são citadas por José Antonio Neuwald. Além dessas, a Prince, a Transline, a Poliana Transportes — que é aquela do Ari Natalino também —, a Fenton e a Sudan — que são aquelas do Lobão — não constam da segunda parte do teu Relatório. Porque você dividiu primeiro em capítulos e, no meio disso, entrou um capítulo de indiciamentos, que não são indiciamentos novos. O capítulo XIII fala de indiciamentos, que não são indiciamentos novos, mas que são sugestões da Comissão. Aí, eu fico pensando assim: ou bem a gente coloca todo mundo no XIII, ou bem a gente não coloca ninguém no XIII. Porque o XIII, de alguma maneira, repete os capítulos específicos para alguns e, para outros, não. Então, era dar uma



olhada nessas empresas, que acho que foram as mais encontradas pela gente: a Petroforte... Bom. Depois, ainda com base no próprio relatório, você lista várias empresas, várias — aí, é na página 75. Você vai na página 75 até o final da página 76: *“Com base na documentação recebida, na quebra de sigilo telefônico, foi possível listar as empresas abaixo que, de algum modo, estão relacionadas ao Lobão”*. Ora, se a gente prender o Lobão, se está citando as empresas que, a partir das suas análises, das quebras de sigilo telefônico — você encontrou ligação com o Lobão —, a gente tem que dar uma destinação ou, pelo menos, uma sugestão: vamos investigar mais ou essas empresas eventualmente têm efetivamente alguma coisa ou elas já estão indiciadas ou não estão. Enfim, quem são, enfim... É só para a gente tentar fazer uma peça, porque eu me lembro, na CPI do Narcotráfico, milhões de vezes, as pessoas ligaram 1 ano depois. Se a gente não consolidar os textos, chega lá na frente ninguém se lembra não, porque é muito nome. Na página 81, tem uma referência que diz assim: *“Antonio Carlos Ferreira...”* — que é um dos que se chamam de pessoas físicas identificadas, embora essas pessoas físicas identificadas não estejam lá no capítulo XIII também, só estão aqui, não estão lá no capítulo XIII. Aí diz assim: *“Antonio Carlos Ferreira, distribuidor na Paraíba, compra e vende cigarros ilegais recebidos de Lobão”*. Então, a gente já está afirmando. Quando eu digo a gente, porque somos nós, Comissão. Estamos afirmando que ele compra e vende cigarros ilegais. *“...É o suspeito de ter delatado João Heleno Gomes... presa... pois legaliza mercadoria e dá para ganhar um bom dinheiro devido à diferença de preço que é colocado pela casa-mãe”*. Aí você completa assim com uma ironia especial, que você é craque. O cigarro é o Derby, da Souza Cruz. Então, eu entendi, posso estar errada, que a casa-mãe é a Souza Cruz. Aí, veio a pergunta em função... Na nossa época, Vanessa, lembra quando a gente discutiu esse tema, que foi há muito tempo, já há seis meses, quando a gente discutiu cigarro? Eu me lembro de que tinha denúncia se eventualmente a Souza Cruz participava desse processo ou não. Então, até que ponto a gente põe. Essa Adelaide Rodrigues, que é contabilidade do caso, também não está lá atrás. E, aí, uma outra sugestão que eu acho que é legal — obviamente, a gente não pode dizer para o Governo paraguaio o que fazer. Mas o nobre Relator listou 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 empresas, pelo menos do Paraguai que, de alguma maneira, têm que ser, não é informadas, é mais grave. Quer dizer, de alguma maneira, a gente tem que pedir, de repente, uma



indicação ao Ministério de Relações Exteriores, para que o Ministério das Relações Exteriores se comunique com o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai ou com a Procuradoria Geral do Paraguai para que essas empresas tenham algum tipo de punição. Mesmo não sendo no nosso País, nós não vamos punir. Agora, pelo menos, fazer indicação como a gente fez com o Oviedo, como a gente fez com outros casos. Eu acho que valia, além das modificações de convênio, que são brilhantes, que a gente pudesse indicar ao Ministério das Relações Exteriores que efetivamente... Porque, senão, a gente não vai acabar o problema, vamos continuar, lá nas tabacaleiras, fazendo a mesma coisa, embora eu saiba que também não tem tanto interesse em que isso aconteça. Bom. Aí eu tentei ler... Acho que até entendi um pouquinho daquele gráfico, não muito, mas entendi. Aí, vim aqui para a questão das copiadoras — aí é dúvida minha, da mesma maneira. *“Também constatou-se que alguns equipamentos usados ou remanufaturados no exterior são comercializados no Brasil como equipamentos novos”*. Aí você fala: *“Em geral, as empresas que importam tais equipamentos ilegalmente dão preferência a equipamentos de menor volume”*. Só que é tudo muito geral, e a gente não fala em ninguém. Ora, isso vem uma denúncia, porque aqui diz “denúncia”, mas não têm nomes, não têm empresas e não tem quem efetivamente faz isso ou, pelo menos, a quem vamos investigar sobre isso. Ou seja, nós não, a quem o Ministério Público, a Receita, enfim, seja lá quem for, tem que investigar. Nos direitos autorais, no final, tem uma sugestão de indicação ao Ministério da Educação para alertar as universidades e as faculdades da conduta a ser... Por conta dos meninos que tiram xerox no CA. E tem essa sugestão e tem ainda obrigando a cadeira de direitos autorais. Eu fui procurar lá atrás, onde tem os projetos de leis, onde tem as indicações, e não encontrei essas. Então, procurei todas: tem da ANVISA, têm alguns projetos de lei apresentados, mas essa não tem. Bom. Na fonográfica... Eu queria parabenizar o trabalho da Deputada Vanessa Grazziotin, que é realmente muito bom, e ela detecta algumas empresas que aí... Não, não, eu acho que essa.... Ah! Pior que eu marquei com outra caneta. Até eu enxergar...

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não, não, não é malho, não. Sério.

(Intervenção inaudível.)



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O outro fica me sacaneando aqui.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah! Faz mal não. O povo não conhece essa palavra, não? Não é português, não? Eu não ligo para essas coisas, não. Bom. É que eu marquei no outro texto. Aí eu verifiquei assim, que no item, na pág. 186 diz assim: *“Do grupo de pessoas que importam CDRs estão indiciados pela prática de crime contra ordem...”* Antes disso, em todos esse indiciados tem que colocar a palavra “já”. No item 1, “já indiciados”, que é o Mauro Donati e o Luiz Antonio Duarte Ferreira — eles, já indiciados. Aqui outro, item 3, também já estão indiciados, o Landau. Lá na outra página, na 186: *“Já estão indiciados pelos crimes de receptação João Heleno...”* etc., etc. E aí vem no CDRs, nos CDs já estão indiciados esses, mas faltam as empresas da página 116. Cento e dezesseis. Ah, está aqui: Calinda — que é aquela de brinquedos que a gente viu tanto —, a Multimídia da Amazônia, a Tecway, a Oubras, a Caihong Max Midia, a Tass, a Satélite Turismo. Enfim, são outras empresas que a Deputada Vanessa listou que estão aqui, mas têm que estar aqui também. Quer dizer, imagino eu, ou então.... E eu acho assim: ou a gente não tem o capítulo XIII ou a gente tem todas que estão ao longo do relatório. Bom. A mesma coisa aqui no caso das operações de câmbio não autorizadas. Em algum momento têm outras empresas citadas que eu acho que tinham que estar ali para mais investigação. Quer dizer, tem que indiciar. Não, porque aí não dava tempo nem de terminar de ler. Mas, pelo menos, tinham que estar desse outro lado. Talvez — acho que a Deputada Vanessa me disse que já tinha feito isso —, mas talvez juntar o Law todo, porque, aí, o Law específico mesmo... Acho que tem que ter um capítulo para ele, talvez de tudo tenha sido o mais forte. Em nenhum momento, eu vi — posso estar errada, mas pelo que eu li — a gente não fala da prisão do Lobão, quer dizer, fala da prisão, mas não diz como a gente efetuou. E, aí, eu não sei como é que a gente vai... Aquele relatório reservado de Foz, como é que isso consta, porque, na testemunha, a gente não tem nenhuma testemunha reservada no relatório de depoimentos. Enfim, de uma maneira geral, eram assim as sugestões, até porque, como eu disse, meu sono não agüentou e, no *software*, meu olho estava fechando, eu já não conseguia mais raciocinar nem ler com a tranqüilidade que precisa ter num relatório desse. Hoje de manhã, o Fraga me colocou numa...



(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas eu fui ler eram 11 e meia da noite. O Fraga me colocou numa entrevista, eu não podia ler de manhã. Mas, de qualquer jeito, ainda dei uma olhadinha aqui tanto na questão da Lens Surgical, como na questão do óculos, em alguns momentos, como lá no Law, a gente fala da existência de policiais da Polícia de São Paulo, especificamente, envolvidos nessa área. Mas a gente tem aquela mania que eu realmente não gosto disso... Aquela coisa do geral, sem a gente citar. Então, nem que seja de forma reservada — porque eu sei que isso é complicado — que a gente pudesse indicar quais são esses que a gente eventualmente tem documentação ou tem nome, para que não fique... Isso é uma CPI; portanto é um inquérito, e não pode ser, em alguns temas, pelo menos, ele não pode generalizar, ele tem que ser absolutamente localizado, senão, a Polícia de São Paulo... A Polícia de São Paulo tem pessoas envolvidas. Mas quem é a pessoa envolvida? É o Secretário? É o João das couves? É o Manoel ou não é ninguém? Quem é? É muito complicado. Eu faço isso até em homenagem ao meu comandante, a meu Secretário querido de Segurança — que, aliás, se estivesse lá até hoje, não estava a desgraça que está no Rio — e ele sabe disso do respeito que eu tenho por ele e pelo trabalho dele. Então, pedir desculpas. Ah! Ainda tem umas empresas da página 76, parece. Eu já não lembro mais. Ah! É aquela que eu disse: PRT; Dinossauro; enfim, talvez Disnorte, também não está em lugar nenhum; RGM não está em lugar nenhum; Landau não está em lugar nenhum; como eu disse, a Souza Cruz não está em lugar nenhum. E, nesse capítulo, exemplos de casos envolvendo agentes públicos, que tem delegado ou investigador, todos são do caso Anaconda. E, aí, tem aqui policiais civis de São Paulo, têm alguns citados, mas nos relatórios internos têm outros, que seriam de outros casos, que também não estão aqui. Entendeu? É só o critério: ou a gente coloca todo mundo em todo lugar ou a gente eventualmente amplia os parágrafos e tira o XIII, e amplia os outros capítulos, ou então amplia o XIII. Para mim, qualquer uma das soluções está bem feita. Sr. Presidente, além disso, me colocar à disposição. Se tudo que eu falei, eu sei que é difícil de a gente anotar. Se precisar de alguma momento, eu só vou embora amanhã, quer dizer, eu estou aqui o dia inteiro. De qualquer jeito, parabenizar o Deputado Josias, que pegou um problema como esse no meio, e é mais difícil, mais complicado. Assumiu com grande galhardia, assumiu trabalho,



como não podia deixar de ser, com a sua capacidade. Queria ainda registrar... agradecer ao Deputado Medeiros, que deu a todos nós a capacidade de, primeiro, conhecê-lo melhor, depois, de poder brigar todas as vezes que a gente quis brigar e, ao mesmo tempo, acertar todas as vezes que o senhor quis acertar, de fazer com que, de alguma maneira, a gente tenha se conhecido e tenha virado uma pequena família em função do tempo que convivemos que participamos juntos das audiências. Eu não tenho....Tia...

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, enfim, tia não, tia é demais. Você está muito velho para eu ser sua tia. Mas, enfim, *(risos)* eu queria agradecer aos dois — não, você está muito velho para eu ser sua tia — o carinho que dedicaram a esta Comissão e, portanto, que dedicaram à questão da pirataria, que é uma questão velha nesta Casa. É uma questão antiga que nós começamos já nos momentos em que nos falava nisso, eu consegui, naquela época, aprovação da legislação, na outra gestão. E, a partir disso, vários Deputados se mobilizaram. V.Exa., nosso Presidente, apresentou à CPI, quer dizer, trouxe esse problema ao País. E a gente hoje tem orgulho de ter pertencido — ou estar pertencendo ainda, porque está acabando — a esta CPI, na certeza de que a gente contribuiu efetivamente para alavancar o combate à pirataria no Brasil. Então, parabéns ao Relator, parabéns ao nosso Presidente e a todos os Deputados que, de alguma maneira, contribuíram para esse trabalho. Obrigada, Sr. Presidente, parabéns nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputada Laura Carneiro. o Deputado Sarney Filho.... Mais alguém quer falar? *(Pausa.)* Não. Então, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, serei muito breve, primeiro, porque quero apenas cumprimentar V.Exa, que tão bem presidiu e conduziu os trabalhos desta CPI; o Deputado Josias Quintal, que elaborou minucioso e belo parecer; a Assessoria técnica da Comissão; os Deputados e Deputadas que fazem parte desta CPI. Dizer que a CPI cumpriu o seu dever principal, que era justamente trazer à baila, à ribalta política a questão da pirataria. Essa questão, que sempre existiu e tem tomado vulto nos últimos anos, estava restrita aos meios policiais e jornalísticos. Esta CPI trouxe agora o debate político na



Casa que representa os interesses do povo brasileiro. Portanto, esse é o aspecto mais importante a ser ressaltado. Eu fui Relator da CPI da Biopirataria e do Tráfico de Animais Silvestres. E, como Relator, pude ver que existem semelhanças muito grandes entre a pirataria e a biopirataria, sendo que uma se dá no ambiente urbano, e outra se dá evidentemente no ambiente rural das florestas, na agenda verde. Mas a distinção que foi feita pelo nosso Relator entre a atividade de sobrevivência e o crime organizado — que foi o foco desta CPI — ela também se dá no campo, ela também se dá na agenda verde. Nós temos que distinguir também, procuramos sempre distinguir entre aquele que usava do tráfico para a sobrevivência e consumo e aquele que participava do crime organizado. Os atores, evidentemente, são diferentes, mas o prejuízo ao País é o mesmo. Então, eu digo isso para ressaltar que este Relatório e o trabalho da CPI conseguiram colocar a sociedade em consonância com essa preocupação, inclusive — e isso é muito importante — dirigir o noticiário para aspectos que não são meramente policiais, mas econômicos. Ainda ontem, ou anteontem, nós podemos ver nos telejornais a análise de um estudo que vinculava a queda da pirataria ao aumento do crescimento do País. Isso é importante. E tenho absoluta certeza de que se deve a esta CPI tão bem conduzida pelos seus membros, tão bem assessorada pelo corpo técnico da Comissão, o levantamento de questões profundas e estruturais como essa. Portanto, meus parabéns a todos aqueles que participaram da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Com a palavra o nosso Deputado participante da CPI, Deputado Alexandre Santos. É o último orador.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria parabenizar pelo trabalho toda Comissão, porque a sociedade clama muito pela justiça. E esta Comissão, principalmente a Relatoria, soube encaminhar os procedimentos necessários para que nós tenhamos um amanhã diferente, que nós possamos defender a indústria brasileira, principalmente defender também os trabalhadores, porque nós tivemos o cuidado de não buscar aqueles que trabalham dia a dia, mas aqueles que fazem inclusive destas pessoas personagens de manipulação de momentos desagradáveis, nesses procedimentos irregulares... Portanto, a Comissão de Pirataria vem dando encaminhamento e procedimento para que o Poder Público e a sociedade toda possam, acima de tudo, se conscientizar que devemos buscar pela legalidade o encaminhamento da construção de uma



sociedade mais justa. Portanto, esse Relatório faz o encaminhamento que todos desejavam, procedimentos não pessoais, mas acima de tudo formais, acima das provas que buscaram. E eu quero aqui também, ao parabenizar o Deputado Josias Quintal, também parabenizar a todos que fizeram esse procedimento e falar aqui de uma pessoa do meu partido, Deputado Júlio Lopes, que teve um papel destacado nesta Comissão. Portanto, venho aqui parabenizar, em nome do partido, e esperar que os procedimentos que se possam daqui pra frente ser feitos, que esta Comissão aqui possa inclusive acompanhar os desdobramentos de alguns posicionamentos que nós estamos pedindo. Eu pediria, inclusive, se possível, que se remetesse para uma Comissão de Fiscalização alguns procedimentos aqui que o Relator está pedindo para que providências sejam tomadas. Portanto, era esta a minha intervenção, de parabenizar a toda Comissão, de não deixar aqui de dar o parabéns ao Deputado Robson Tuma, pelo clamor da galera que está pedindo, mas dizer que a Deputada Laura Carneiro, como sempre, fazendo parte dessa Comissão, certamente deu, através de seus conhecimentos já em Comissões anteriores, algumas contribuições para nós desenvolvermos a bom tempo, como estamos acabando esta Comissão. Parabéns a todos, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado. Passo a palavra para o nosso Relator, Deputado Josias Quintal, que vai falar antes da votação.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Como sempre, eu vou procurar ser bastante breve para que tenhamos bastante tempo para tratar das demais questões. Eu queria, com autorização dos Deputados, inverter a minha ordem de resposta. Começaria respondendo ao Deputado Sarney, que faz uma abordagem, na sua rápida fala, interessante sobre o que chamamos de economia invisível, quando ele estabelece a necessidade de se fixar esse referencial, de separar muito bem o que chamamos de economia informal, que diz respeito a uma quantidade enorme de pessoas desempregadas que procuram sobrevivência através de alguma atividade informal. E essa atividade trataria do crime organizado, que busca, através da sonegação, através da produção ilegal de produtos, busca lucro, se constitui até empresas visando auferir lucro. Então, é uma abordagem bastante profunda que devemos refletir, especialmente Deputado, a quem vejo sempre como Ministro. A minha lembrança de Sarney Filho é sempre daquele Ministro eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Ou Presidente, não é?



O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Então, essa sua colocação ela deve alcançar até mesmo os governantes. Existe uma postura de governantes de tolerância com relação... até mesmo ambientes onde se processa toda sorte de pirataria, de contrabando, por conta dessa imaginação de que ali está somente uma questão social. Então, é muito importante essa observação. Com relação ao Deputado Alexandre Santos, nós agradecemos, companheiro, as suas referências elogiosas, seu apoio manifestado durante todo o trabalho. Você, durante todo o trabalho, acompanhou, você deu uma força pra CPI. Então, foi realmente alguém que colaborou positivamente para que os trabalhos tivessem esse resultado. Então, obrigado pelo apoio, não agora pelas referências apenas, mas pelo apoio que você demonstrou durante todo o trabalho da CPI. Com relação à Deputada Laura, minha amiga, Deputada Laura, eu começo dizendo que o Picciani merece, sim, uma homenagem, afinal eu posso dizer que o Picciani foi a primeira pessoa que se dirigiu a mim para me sugerir à indicação do nome como Relator. Numa fase da CPI, ele, impelido por outras obrigações, manifestou o desejo de sair e se dirigiu a mim e deu essa sugestão e, inclusive, ele trabalhou para que eu viesse a ser indicado o Relator. Então, eu devo a ele esse grau de confiança, e ele deve ser citado. Mas, Laura, esta CPI ela me traz uma experiência de vida diferente, até profissional. Eu me acostumei, na minha carreira, na minha profissão, enquanto policial, a dirigir inquéritos. E quando você dirige o inquérito você tem ali o escrivão e você determina os caminhos a serem seguidos na apuração naquela investigação. Em face do que se vai obtendo, você vai direcionando o inquérito. Você, apenas você. A CPI ela tem um caráter completamente diferente, democrático, onde são vários os responsáveis. São vários Deputados, todos têm uma liberdade ampla, plena para intervir, para sugerir, para requerer, enfim, e a CPI caminha, desse modo, com muitas cabeças, com muitas mãos, até na construção do Relatório. Procurei ter bastante cuidado na construção do Relatório. Foi difícil alcançar as observações de cada um e tive a consciência que ele ainda é falho, ainda é deficiente. Mas eu encontro uma dificuldades ainda até de ordem pessoal para incluir no texto, na forma, absolutamente desejadas pelos Parlamentares, desses diversos assuntos, dessas diversas abordagens. E, na reunião de ontem, sugerimos aos Deputados que apresentassem suas proposições e que até se dirigissem a Assessoria técnica para que a gente promovesse essas inclusões. Evidentemente que todas as



manifestações de ontem, dos Deputados, não alteram o teor do Relatório. Elas acrescentam algumas informações, mais ou menos importantes, mas não alteram o teor do relatório. Então, quero me desculpar com você por alguma falha que tenha sido... e pedir a você que faça essas proposições e que se dirija agora à Assessoria para a gente formular isso aí, de forma que retrate exatamente aquilo que você vê e pensa, para a gente votar. Quanto ao mais, Sr. Presidente, acho que o importante é que o Relatório seja produto de um consenso de todos os Deputados. Acho até que devamos prolongar a sessão. Se possível, entra pelo dia afora, se possível, fazemos um esforço no feriado de amanhã ou na quinta-feira, de modo que a gente complete o trabalho e que atenda a todas as reivindicações, a todas as proposições dos Deputados. Então, estou pronto para isso, aguardando, evidentemente, a decisão de V.Exa. Eu tenho todo o tempo do mundo para fazer as alterações e as sugestões a serem incluídas. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Também tenho todo o tempo do mundo. (*Pausa.*) Concedo a palavra ao nobre Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, a lista de inscrição foi encerrada, o nobre Relator fez as suas considerações finais. Vários Parlamentares fizeram aqui algumas propostas ontem e hoje. Por exemplo, eu ontem fiz um pedido de alteração, até por uma questão de texto, na página 29, tirar 2 do interior de São Paulo e acrescentar fabricantes de cerveja e refrigerantes, além de outras sugestões. O nobre Deputado Rubinelli fez várias sugestões e citou aqui a importância de pedir uma atenção especial para o Ministério Público, para os órgãos competentes, porque várias pessoas citadas nesta CPI já foram citadas em outras CPIs, e o nobre Relator também aceitou. Enfim, vários Deputados fizeram. A própria Deputada Laura Carneiro fez aqui uma sugestão, na página 81, por exemplo, colocando que aqui cita um caso que coloca a empresa Derby, da Souza Cruz, e que acha que o Ministério Público tem que investigar e apurar a respeito dessas denúncias. E o nobre Relator também aceitou. Então, como não temos agora tempo hábil e suficiente para que nós pudéssemos ficar aqui aguardando uma colocação em um papel das sugestões que foram aqui faladas, então, requeiro, regimentalmente a V.Exa., que coloque o Relatório em votação, com as alterações propostas que o nobre Relator aqui aceitou, como essas que até citei, e que



podéssemos, então, votar, de imediato, o Relatório, já que não há lista de oradores e obviamente as propostas feitas pelos Parlamentares estão devidamente registradas nas notas taquigráficas da Casa, o que não haveria nenhum tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Tudo bem?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Acho, então, que fica isso como uma sugestão, para que nós pudéssemos dar a resposta final a esse trabalho grandioso que foi feito por todos nós, Parlamentares, dirigido por V.Exa. e pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Eu queria saber se alguém tem alguma coisa contra essa questão de ordem do Deputado Robson Tuma. Deputada Vanessa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar a proposta do nobre colega, Deputado Robson Tuma. Acho que contempla a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Então, se vocês me permitem, também vou fazer umas opiniões rapidinhas e, em seguida... Laura, você está de acordo, Laura?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro, a gente conversou e acho que a sugestão é mais simples.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O Relator perguntou, dada a importância das suas questões.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. É porque a minha única dúvida seria. Eu acho que o melhor, então, é a gente escrever de todas. Porque eu falei: ou se muda o capítulo XIII, eventualmente se a gente decidir, no texto, se pega o capítulo XIII e se divide em todos os outros capítulos, para ter um sistema sistêmico mesmo. Só isso. Divide-se por todos os outros capítulos e se acresce nos próprios capítulos. Fica mais fácil de achar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Tá bom. Só uma questão de ordem. Nós vamos ter que votar as duas atas: a de ontem e a de hoje.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso é fácil, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Então, eu quero saber se há necessidade de leitura...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Peço dispensa da leitura da ata.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Presidente, só um minutinho. Uma questão regimental. Eu entendo, a gente só pode votar a ata de hoje no último momento da Comissão, depois que o Relator for votado. Então, como as duas podem ser votadas, acho que V.Exa. pode fazer as considerações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Então, eu espero que as pessoas fiquem aqui para a gente votar a ata, tá?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - V.Exa. vota o Relatório final e, antes de encerrar, vota as duas atas, que eu já, de antemão, peço dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Companheiros e companheiras — me permite que eu os trate assim, porque nós trabalhamos durante um ano e ganhamos bastante intimidade — eu também queria fazer aqui algumas reflexões. Nós trabalhamos... Esta CPI durou exatamente 1 ano e 4 dias. Eu considero que fizemos um trabalho substancial, refletido no Relatório. O Relatório fez um diagnóstico da CPI da pirataria, do contrabando, da sonegação. Nós identificamos as principais quadrilhas que fazem a pirataria e a sonegação. São as mesmas quadrilhas que também fazem tráfico de drogas. O Lobão também está metido em tráfico de drogas; o Sr. Law está metido em heroína; o Sr. Ari Natalino está metido em uma porção de coisas. Às vezes, quando você compra um CD pirateado, você está financiando o tráfico de droga lá na outra ponta. Nós identificamos o apoio policial a tudo isso; denunciemos alguns policiais, muitos policiais em São Paulo. Estamos sendo responsáveis com as questões policiais, porque, às vezes, você não tem prova, você tem indícios fortes. Eu vou passar para a Corregedoria da Polícia em São Paulo uma lista de policiais, onde tem indícios fortes. Não colocamos no Relatório, porque poderíamos fazer injustiça, tanto da Polícia Federal quanto da Polícia estadual, mas espero que a Corregedoria aponte. Foi sempre um problema difícil para nós analisarmos o problema do nosso companheiro, do Deputado Pedro Corrêa. Com todas as dificuldades que tivemos para investigar um colega, chegamos aqui a um acordo tácito entre nós, de que quem deveria investigá-lo era a Corregedoria da Câmara, era a Câmara dos Deputados. No entanto, não deixamos de colocar no Relatório aquilo que achamos que era algum tipo de ligação dele e da família dele no que diz respeito ao contrabando de cigarro, à fabricação do cigarro. Agora, nessa questão, eu queria fazer a seguinte reflexão: acho que a Câmara não pode deixar de investigar o Deputado Pedro Corrêa. Isso é bom para o Pedro



Corrêa, inclusive para a Câmara. Não dá para um Deputado ficar com a investigação parada por 5, 6 anos, com um machado na cabeça dele e a investigação parada. Eu me lembro de que tem um processo do Sr. Law Kin Chong, que está na Justiça de Trabalho, em São Paulo, há 7 anos parado. Que moral temos nós para criticar isso, se o nosso colega, o processo dele também fica parado aqui? Não temos nenhuma moral. Por isso... Eu não estou aqui nem condenando nem absolvendo o Pedro Corrêa. Nós o tratamos com muita dignidade; nós não quebramos o sigilo dele, da filha, não quebramos o sigilo de ninguém. Mas eu acho que a Câmara deve dar continuidade a isso, sob pena de não termos moral de cobrar nada da Justiça, não termos moral de cobrar nada da Polícia, porque não damos exemplo. Não vejo nisso que estou dizendo uma posição de condenação ou de absolvição. Eu acho que deve ser investigado. O Deputado não pode ficar com a guilhotina no pescoço. Toda a CPI que vier aqui vai ter que mexer nesse (*ininteligível*). De 6 em 6 meses, o problema aparece. Tem que ser logo analisado se é culpado ou se é inocente. Mas a nossa CPI, apesar de todas as dificuldades, nós mexemos onde tínhamos que mexer. Se o Lobão está preso é porque existiu a CPI, com certeza. Se não fosse a CPI não aconteceria nada com o Lobão. Ontem, um empresário que tem seus produtos pirateados me contou que um dia ele conversou com um policial federal para ajudá-lo, e o policial federal disse: *“Olhe, o senhor pode investigar tudo, eu vou lhe ajudar a fazer tudo, mas por favor não mexa num cidadão chamado Law Kin Chong. Não mexa”*. Um juiz disse para mim: *“Ó, o Sr. Law é blindado, Deputado”*. Alguns Deputados aqui ouviram. Ele era blindado. E mostrou que se tem vontade, dá para fazer, porque nós fizemos. O Sr. Law não é blindado, ele é acostumado a comprar todo mundo, só que achava que comprava Deputado também. Tem juizes que ele não compra, tem promotores, tem policiais federais, tem uma porção de gente que ele não compra e que ele não vai conseguir comprar. Então, se as coisas não andarem, daqui para a frente, é porque as autoridades não querem; se as coisas não andarem é porque pirataria e contrabando são complementação de renda para funcionário público, tá certo?, para policiais ou para fiscais ou para político. Agora, causa um mau Estado, corrompe o Estado, corrompe as finanças do Estado, destrói a sociedade, a nossa economia e os nossos valores. Então, esta CPI... Isso é mérito de todos os que estão aqui. Todos os Deputados trabalharam. Teve um grupo, evidentemente, que trabalhou mais, viajou. Fizemos contato com o



Departamento... com os americanos, fizemos contato com os europeus, temos grandes ligações internacionais boas. Nós tivemos a colaboração do Ministério Público Federal, tivemos a colaboração da Polícia Federal, aqui representada pelo Delegado Eudes e o Delegado Lobo, da Polícia Rodoviária Federal, com 3 companheiros, da Receita Federal, representada pelo Baudesque, que nos deu todas as informações de uma maneira rápida. Sem esse pessoal, nós não trabalharíamos. Dos funcionários da Câmara, representados pelo Sílvio, que não permitiram que a CPI cometesse alguma ilegalidade.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Sr. Presidente, posso dar um alozinho? Eu gostaria, Sr. Presidente, como tive a oportunidade de viajar várias vezes representando esta CPI, em 3 reuniões no exterior, notadamente em uma reunião no Centro Mundial de Alfândega, na Bélgica, onde havia 600 participantes. Um dos papéis que marcou a atuação desta CPI foi o que os americanos chamam de *awareness*: dar à sociedade brasileira o amplo conhecimento dessa prática e desse crime. Portanto, Sr. Presidente, nós todos, membros desta CPI, deveríamos fazer uma moção de agradecimento a toda a imprensa brasileira e, ao mesmo tempo, um pedido de que, ao encerramento da CPI, continue-se a divulgar a prática do crime de pirataria. Foi fundamental para que tivéssemos a repercussão do nosso trabalho, em âmbito nacional e internacional, a atuação da imprensa. Acho que uma nota formal de agradecimento é perfeitamente cabível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito bem, Deputado. Vamos criar um grupo. Depois vamos discutir. Nós temos uma Frente Parlamentar. Vamos reforçar essa Frente Parlamentar, presidida pela Deputada Vanessa Grazziotin. Vamos criar um grupo de acompanhamento, vamos cobrar do Estado brasileiro. Nós vamos cobrar o processo do Sr. Law Kin Chong. Ele teve a audácia de querer corromper Deputados, esta CPI. Ele queria comprar a CPI. Isso vai custar caro para ele. Ele não vai sair tão cedo da cadeia, para que o exemplo sirva. Nós vamos acompanhar as sugestões para que as coisas não voltem tudo ao normal. É uma vergonha. O Law está preso, o Lobão está preso, mas os negócios deles estão em andamento, porque o Estado permite, porque o nosso Estado é fraco. Nós não vamos baixar a cabeça. Então, o que eu quero dizer é o seguinte: vamos criar um grupo de acompanhamento dessas coisas. Esse comitê contra a pirataria, que não funciona, interministerial. Essa gente nunca veio aqui, não serve para nada. Isso vai



ter que mudar. Disso vamos ter que fazer o acompanhamento. Quero agradecer o Relator, que realmente teve um papel difícil. Mas o Josias... Tivemos a sorte de ter um Relator tão equilibrado, tão seguro, que não cedeu à ameaça — foi ameaçado, claro, foi ameaçado, mas não cedeu a algum tipo de ameaça e que também não fez loucura. Obrigado aos funcionários da Casa, ou seja, obrigado a todos, o que o Júlio disse da imprensa, muito obrigado. Vamos botar em votação. Eu queria botar em votação por aclamação. Vou pedir ao Relator que dê as suas palavras finais. Ele já falou, mas o Plenário pede que você fale. E vamos votar por aclamação, levantando a mão, tá?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Presidente, eu já falei bastante, durante todos os trabalhos. Então, quero agradecer as vossas referências, quero agradecer especialmente a todos os Deputados. Criamos um grupo de trabalho, participamos de um trabalho bastante interessante, onde esse sentimento de responsabilidade parlamentar foi levado ao ponto máximo e onde também esse espírito de fraternidade e cooperação foi manifestado da melhor maneira possível. Então, foi uma boa experiência. Acho que estamos deixando a nossa contribuição. Só tenho a agradecer a V.Exa. e aos Srs. Deputados e também a todos aqueles que participaram direta e indiretamente desse trabalho. É o que eu tenho a fazer. E sugerir que coloquemos em votação, Presidente, as proposições, inicialmente e, posteriormente, o Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Atenção, Srs. Deputados.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor vota o Relatório com as sugestões incorporadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Em primeiro lugar, em votação as proposições feitas ontem e hoje devido às adaptações. Os Deputados que estão a favor levantem o braço, por favor. Pode abaixar. Os Deputados que são contra levantam o braço; os Deputados que se abstêm levantem o braço. Aprovado por unanimidade. (*Palmas.*) Agora, falta o Relatório. Agora, falta o relatório.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Relatório a ser emendado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Os Deputados que aprovam este Relatório e as suas emendas da CPI da pirataria e sonegação fiscal levantem o braço, por favor. Podem abaixar. Os Deputados que são contra levantem o braço; os



Deputados que se abstém levantem o braço. Aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

Viva a CPI! Viva o Brasil! Está encerrada a CPI da Pirataria.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Vamos votar as atas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - A emoção é grande, viu, Sr. Presidente?

(*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Vou colocar em votação a ata de ontem.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, a ata foi distribuída. Só duas correções: na de ontem, a sessão não foi encerrada naquele horário, foi encerrada hoje e, na de hoje, a ata de ontem não tinha sido votada até a Ordem do Dia. E eu peço a dispensa da leitura com essas alterações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Em votação a ata de ontem. Os Deputados que estão de acordo fiquem como estão. Aprovada. Em votação a ata de ontem. Aprovada. Encerrada a CPI da Pirataria.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - A de hoje. Os Deputados que estão de acordo fiquem como estão. (*Pausa.*) Aprovada.